



Democracia: da direta à participativa

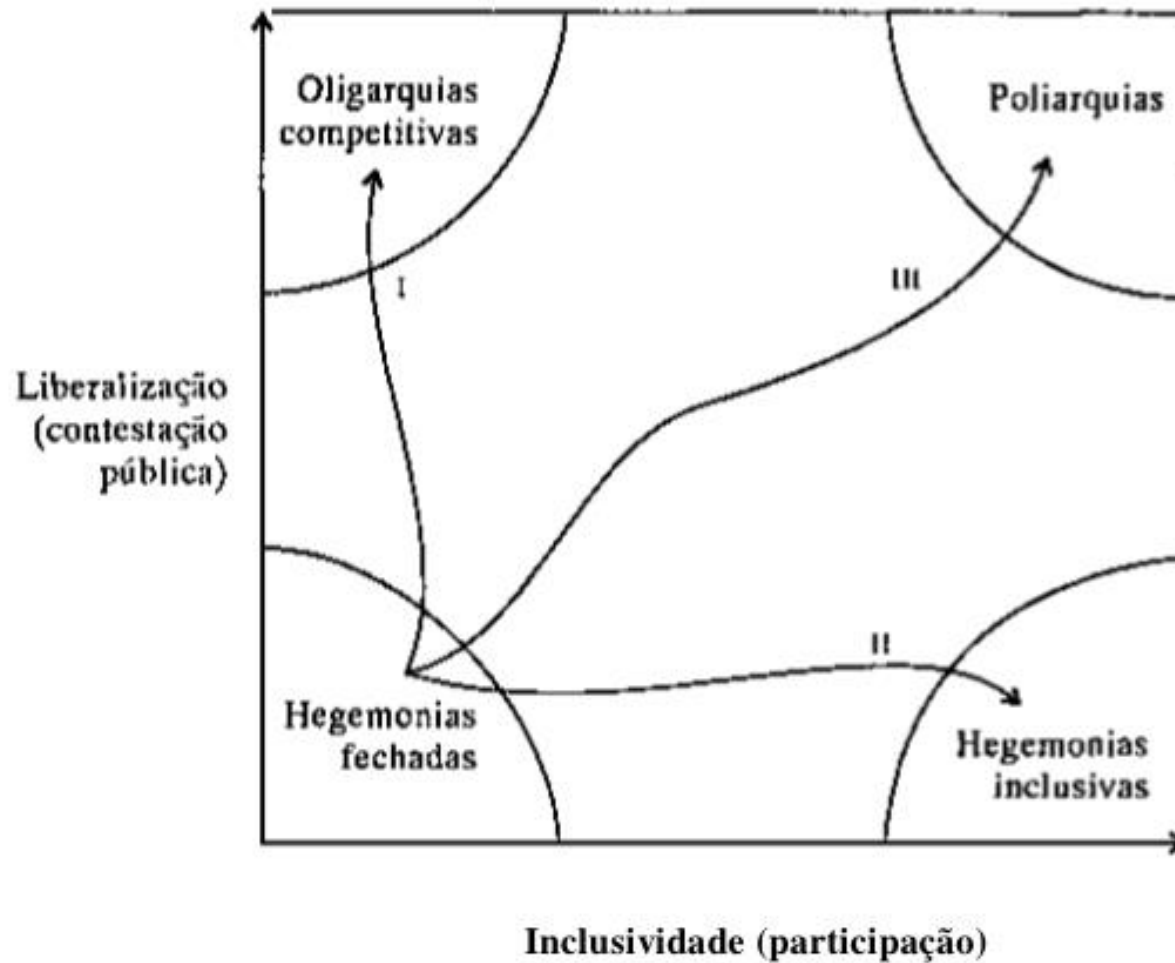
Leandro Consentino
consentinole@gmail.com

São Paulo, 01 de Março de 2021

Introdução

- Termo popularmente utilizado
- Perspectiva histórica e contextual (Sartori)
- Valor cultural, bem cotidiano (Bobbio)

Segundo Robert Dahl



Democracia Direta

- Primeira experiência relevante – Grécia Antiga há 25 séculos atrás
- Não era um país, eram cidades (pólis) – Atenas foi a mais famosa
- A experiência durou cerca de dois séculos: de 507 a 321 a.C.
- Assembléia de cidadãos decidia em praça os negócios públicos
- A noção de representantes era vista como negativa
- Alguns sujeitos ocupavam cargos públicos por sorteio ou nomeação
- Escravos e mulheres não participavam
- Pessoas eram sorteadas para falar

Democracia Representativa

- Parlamento inglês medieval é a maior influência. Surgiu das pressões sobre Eduardo I (Governo de 1272 a 1307)
- Entre os séculos XVII e XVIII foi possível ver a divisão dos Poderes
- Participação atrelada ao poder econômico. Votava quem tinha “algo a perder” do ponto de vista da propriedade – burguesia
- Mulheres são mantidas inicialmente fora do Poder
- Século XIX – conquista dos direitos políticos - início da ampliação do debate
- Século XX – Democracias de massas

Democracias Representativas se massificam

O século XX mostra que as democracias representativas modernas devem atender a outros critérios:

- Liberdade de formar e aderir a organizações
- Liberdade de expressão
- Direito de voto e elegibilidade
- Direito de disputar apoio e votos
- Fontes alternativas de informação
- Imprensa
- Eleições livres e idôneas
- Instituições que garantam a existência de eleições

Estrutura do Estado Brasileiro

	Entes da Federação			
Divisão de poder	União	Estados-membros + DF	Municípios	Mandato
Executivo	Presidente da República Ministros Secretários	Governadores Secretários	Prefeitos Secretários	4 anos
Legislativo	Congresso Nacional Câmara dos Deputados + Senado	Assembléias Legislativas	Câmaras de Vereadores	Senado: 8 anos Demais: 4 anos
Judiciário	Tribunais superiores STF, STJ, TSE, TST, STM, TRFs	Tribunais de Justiça e outros tribunais		

Crise das democracias representativas

- Fim do século XX: convicção de que a democracia representativa não atende aos anseios da sociedade
- Complexidade de questões, multiplicidades de demandas e falta de agilidade / identificação
- Necessidade de aproximar representantes e representados
- Fenômeno que ocorre em diversas democracias ao redor do mundo
- Volta à Democracia Direta?

Democracia Participativa

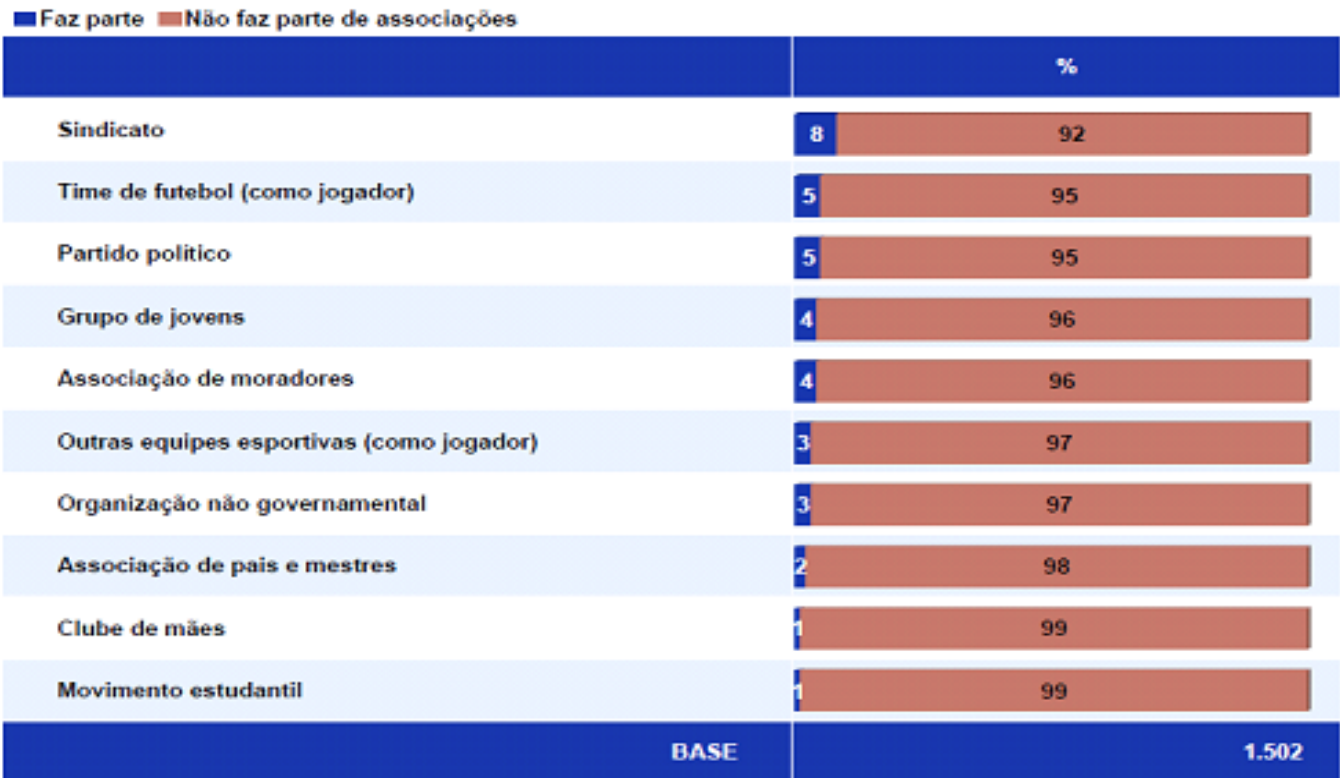
- Surge uma alternativa intermediária
- Continuum entre a representativa e a direta
- A ONU destaca que a democracia está atrelada a possibilidade de participação ampliada e ao incentivo às organizações
- Existem ferramentas consagradas de participação e inovações. As formas consagradas ou tradicionais são:
 - Plebiscito – usado duas vezes no Brasil em 1963 e 1993 para o mesmo fim
 - Referendo – utilizado no Brasil em 2005 para a questão das armas
 - Lei de incentivo popular – uma LIP no Brasil (detalhes históricos) – Lei 9840/90
 - Todas, ou uma delas, presentes nas Constituições democráticas do mundo

Novos mecanismos de participação

- Nos textos, utilizar preferencialmente:
 - **A ONU destaca alternativas para a participação no Poder:**
 - Auditoria popular na Costa Rica
 - Controle dos partidos na Argentina
 - Participação no orçamento: Brasil, África do Sul, Índia e Israel
 - Participação constituinte na Tailândia
 - **O Brasil apresenta outras alternativas:**
 - Orçamento Participativo – primeira experiência em 1989, em Porto Alegre
 - Gestão Participativa
 - Conselhos gestores de políticas públicas
 - Comissão de legislação participativa
 - Audiências públicas, governo eletrônico, escolas do Legislativo.

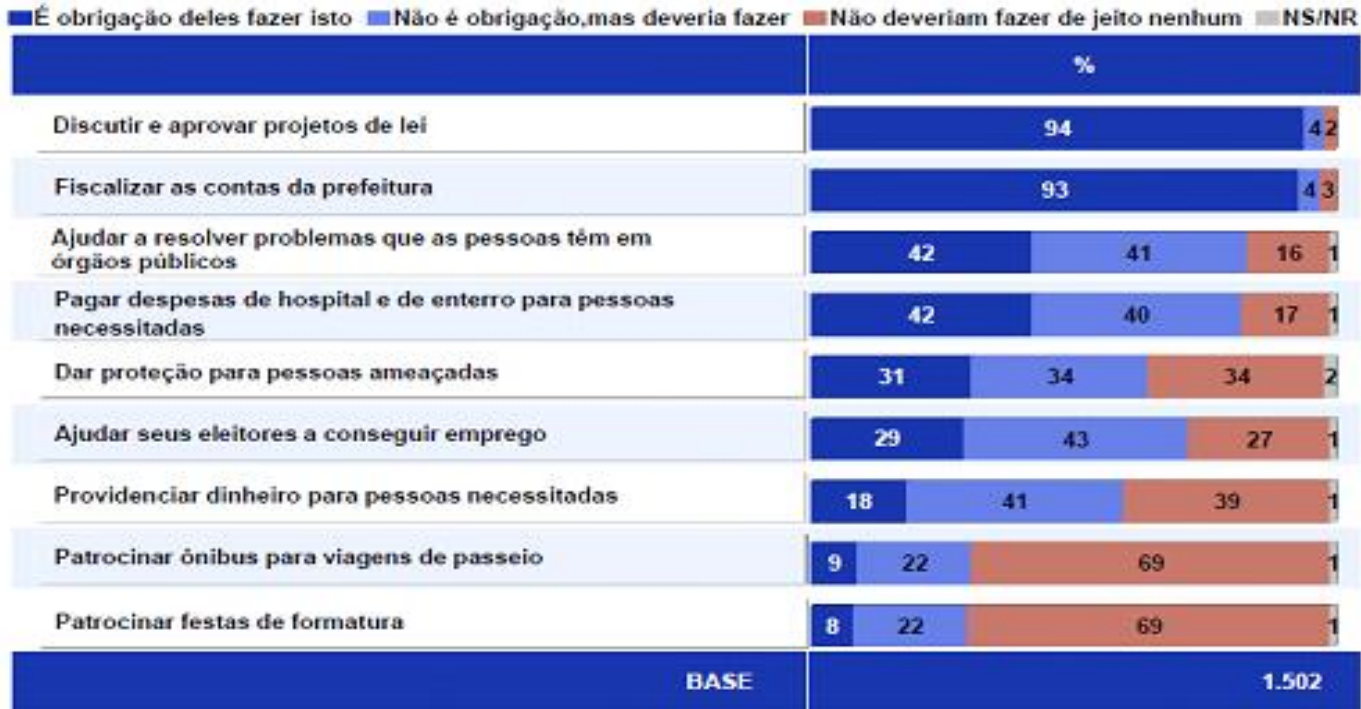
Mas para isso, é preciso PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO

Participação social e política

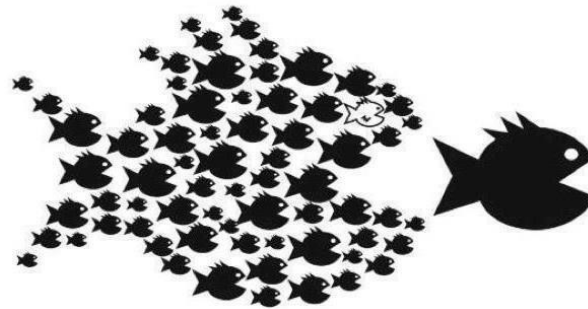
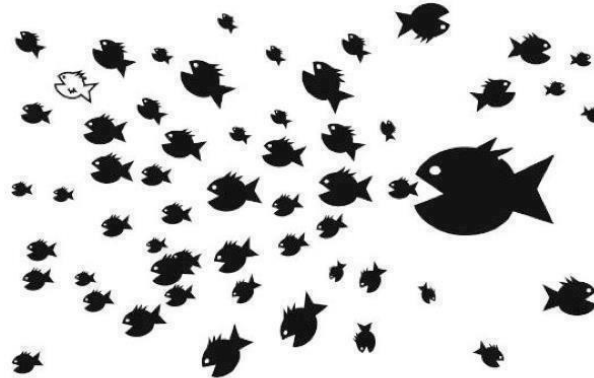


Mas para isso, é preciso PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO

Obrigações do vereador



E, por fim, uma boa dose de CONFIANÇA.



Apenas 3% da população brasileira acredita que pode confiar nos outros de forma geral; enquanto na Escandinávia esse valor ultrapassa os 60%. (WVS Survey)

Bibliografia de Consulta

- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octavio. **Sistema político brasileiro: uma introdução.** São Paulo: FKAS, UNESP, 2008.
- CARVALHO, JOSÉ MURILO. **A cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro. Civ. Brasileira. 2001.



A Oficina Municipal agradece sua participação.

Missão

Cidadãos e gestores públicos constroem juntos cidades mais humanas.

Visão

Formar cidadãos e servidores públicos para a política e a gestão local.